



POLÍTICA DE PRIVACIDADE HOSPITAL SÃO LUIZ

A presente Política de Privacidade ("Política") descreve de forma simples, transparente e objetiva o tratamento de dados pessoais obtidos de pacientes, acompanhantes, responsáveis legais, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e demais usuários dos serviços do **Hospital São Luiz**.

O tratamento é realizado para a prestação dos serviços de saúde, execução de procedimentos pré-contratuais e contratuais relacionados ao atendimento, gestão da relação com pacientes, responsáveis legais, corpo clínico, prestadores, fornecedores, operadoras de saúde e demais parceiros, bem como para o cumprimento de obrigações legais, regulatórias e contratuais, em destaque as determinações da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD").

Por meio desta Política, o Titular será informado sobre:

- I. quais dados pessoais podem ser tratados;
- II. para quais finalidades esses dados são utilizados;
- III. como esses dados são protegidos;
- IV. com quem esses dados podem ser compartilhados;
- V. quais são os direitos dos Titulares em relação ao tratamento de seus dados pessoais; e
- VI. qual o canal de comunicação a ser utilizado pelos Titulares para o exercício de seus direitos.

I – GLOSSÁRIO

Tratamento de dados: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Dados pessoais: todos os dados relacionados à pessoa natural, identificada ou identificável.

Dados pessoais sensíveis: dado pessoal sobre origem racial, étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural.

Dado pessoal de criança e de adolescente: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Em especial, a LGPD determina que as informações sobre o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao(à) responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Agentes de tratamento: termo que abrange os conceitos de controlador e operador de dados pessoais, conforme conceituado na Lei nº 13.709/2018.



Controlador de dados: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador de dados: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado de proteção de dados / Data Protection Officer (DPO): pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública federal responsável por zelar, fiscalizar e regular a aplicação da Lei nº 13.709/2018.

Finalidade: princípio da Lei nº 13.709/2018 que prevê a realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao Titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Incidente de segurança: evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança de sistemas de computação ou serviços de computadores.

Legítimo interesse: base legal que permite a realização de atividade de tratamento de dados para atender interesses legítimos do controlador ou de terceiros.

Dados pessoais anonimizados: dados relativos a titulares que não possam ser identificados.

Anonimização: técnica de processamento de dados, por meio da qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

Compartilhamento de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais, com autorização específica entre entes públicos ou privados.

Conteúdo: qualquer informação, dados, comunicações, software, fotos, vídeos, gráficos, música, sons e outros materiais e serviços que podem ser visualizados pelos titulares em canais e ambientes digitais institucionais, quando houver.

Cookies: arquivos pequenos salvos no computador ou dispositivo do usuário que armazenam preferências e outras informações usadas nas páginas da internet que visitam, quando aplicável aos canais digitais da instituição.



Dados manifestamente públicos: dados publicados e compartilhados abertamente pelo Titular.

Eliminação: exclusão do dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

II - OBJETO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Por meio desta Política, o Titular está ciente de que o **Hospital São Luiz** poderá tratar dados pessoais, conforme a natureza do atendimento ou da relação mantida com a instituição, como, por exemplo:

- **dados de identificação e contato**, como nome, CPF, RG, CNS, data de nascimento, endereço, telefone, e-mail e demais informações necessárias ao cadastro e ao atendimento;
- **dados pessoais sensíveis**, especialmente dados de saúde, informações constantes de prontuário, exames, laudos, prescrições, encaminhamentos e demais registros assistenciais;
- **dados pessoais de crianças e adolescentes**, quando relacionados ao atendimento prestado pela unidade;
- **dados financeiros e de faturamento**, como informações relacionadas a pagamentos, reembolsos, cobranças, notas fiscais, dados bancários e dados necessários ao relacionamento com operadoras de planos de saúde, convênios, seguradoras e auditorias;
- **dados de navegação e utilização de canais digitais**, quando houver acesso a website, portais, aplicativos, formulários eletrônicos ou outros ambientes digitais institucionais.

III - FINALIDADE DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O **Hospital São Luiz** promoverá o tratamento dos dados pessoais dos usuários respeitando as disposições previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), garantindo, inclusive, que as atividades de tratamento estarão sempre ancoradas nas bases legais previstas na referida legislação.

De forma exemplificada, mas não limitada, o **Hospital São Luiz** poderá promover o tratamento de dados pessoais para as seguintes finalidades:

- viabilizar o atendimento assistencial, ambulatorial, hospitalar, diagnóstico, terapêutico e administrativo prestado pela instituição;
- registrar, organizar e manter prontuários, exames, laudos, requisições, encaminhamentos e demais informações necessárias à continuidade do cuidado;
- realizar agendamentos, internações, procedimentos, exames, autorizações, faturamento, cobrança, reembolso e relacionamento com operadoras de planos de saúde, convênios, seguradoras e auditorias;
- cumprir obrigações legais, regulatórias, contratuais, administrativas, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e de prestação de contas perante órgãos competentes;
- atender requisições de autoridades administrativas, regulatórias, fiscalizatórias, judiciais ou arbitrais, quando cabível;
- resguardar a segurança da informação, o controle de acessos, a segurança do paciente, a qualidade assistencial e a continuidade operacional dos sistemas e serviços.



Os dados pessoais serão eliminados, bloqueados ou anonimizados, quando cabível, após o atingimento da finalidade que justificou o tratamento, após o término da relação contratual ou assistencial, ou quando deixarem de ser necessários, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas em lei, regulamento, norma aplicável ao setor de saúde, regras de prontuário médico e demais deveres de retenção aplicáveis.

IV - COLETA DE DADOS PESSOAIS

O **Hospital São Luiz** pode coletar dados pessoais fornecidos diretamente pelo Titular, por seu responsável legal ou por pessoa legitimada, conforme a natureza do atendimento ou da relação mantida com a instituição, por exemplo: nome completo, data de nascimento, sexo, estado civil, e-mail, endereço residencial, número de telefone, dentre outros dados necessários ao cadastro, ao atendimento e à execução dos serviços prestados.

A coleta de tais dados pode ocorrer em diversos momentos, como, por exemplo:

- atendimento presencial, triagem, consultas, internações, procedimentos, exames, tele atendimento, contact center e demais rotinas assistenciais ou administrativas, quando aplicáveis;
- documentos apresentados pelo próprio Titular, acompanhante, responsável legal, médico assistente ou representantes autorizados;
- prontuários físicos e eletrônicos, formulários, sistemas institucionais, portais, aplicativos, website e demais canais digitais disponibilizados pela instituição;
- informações encaminhadas por setores internos, profissionais de saúde, laboratórios, centros de diagnóstico, operadoras de saúde, seguradoras, prestadores de serviço e terceiros legitimamente envolvidos na prestação dos serviços ou na execução das atividades da instituição.

Quando houver canais digitais institucionais, a coleta eventualmente realizada por esses meios observará as informações específicas disponibilizadas ao Titular no respectivo ambiente.

Ainda, poderá o **Hospital São Luiz**, de forma automática, coletar dados pessoais dos usuários em navegação pelo seu website, como, por exemplo, IP com data e hora da conexão, informações técnicas sobre o dispositivo móvel, geolocalização, serviços e/ou categorias pesquisados ou visualizados, dentre outros.

O Titular reconhece ser responsável pela veracidade das informações fornecidas, sem prejuízo da adoção, pela instituição, das medidas necessárias à conferência e atualização cadastral quando isso se mostrar pertinente e proporcional.

V - ARMAZENAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O **Hospital São Luis** poderá armazenar dados pessoais em meio físico e digital, inclusive em prontuários, documentos administrativos, arquivos digitalizados, sistemas institucionais, ambientes tecnológicos próprios ou contratados e demais bases necessárias ao desempenho de suas atividades.



Os dados pessoais serão mantidos pelo tempo necessário à prestação dos serviços, ao cumprimento das respectivas finalidades e à observância das obrigações legais, regulatórias, contratuais, assistenciais, administrativas e de faturamento aplicáveis.

VI - COMPARTILHAMENTO E DA SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais poderão ser compartilhados, no limite do que for necessário para o cumprimento das finalidades informadas nesta Política, com profissionais de saúde, corpo clínico, equipe multiprofissional, laboratórios, centros de diagnóstico, clínicas, hospitais parceiros, operadoras de planos de saúde, convênios, seguradoras, empresas de auditoria, fornecedores de sistemas, empresas de tecnologia, prestadores de serviço e autoridades competentes, sempre observadas as bases legais aplicáveis e o dever de confidencialidade.

Sempre que pertinente, o **Hospital São Luiz** buscará adotar instrumentos contratuais e medidas administrativas aptos a resguardar o sigilo das informações compartilhadas, os limites do tratamento e as obrigações legais aplicáveis aos terceiros envolvidos.

O **Hospital São Luiz** adota medidas técnicas e administrativas de segurança compatíveis com a natureza dos dados tratados, tais como controle de acesso por perfil, login e senha, restrição de acesso a documentos físicos, backup, firewall, dever de confidencialidade e outras salvaguardas cabíveis.

Em caso de incidente de segurança envolvendo dados pessoais, a situação será apurada internamente e serão adotadas as providências cabíveis, inclusive comunicações legalmente exigidas aos titulares e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicáveis.

VII - DIREITOS DO TITULAR

Nos termos da LGPD e observadas as limitações legais, regulatórias, contratuais e assistenciais aplicáveis à área da saúde, o Titular poderá solicitar, quando cabível:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados pessoais;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- informações sobre compartilhamento de dados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação, nas hipóteses legalmente cabíveis;
- revogação do consentimento, quando essa for a base legal aplicável; e
- Outras hipóteses previstas na Lei 13.709/2018.

O exercício dos direitos do Titular poderá sofrer limitações quando houver obrigação legal ou regulatória de retenção, necessidade de preservação de informações para tutela da saúde, proteção da vida, execução contratual, faturamento, cobrança, exercício regular de direitos ou outras hipóteses legalmente justificadas.

Tais solicitações deverão ser encaminhadas ao Encarregado de proteção de dados / DPO, no endereço eletrônico apamisurubim.lgpd@gmail.com.



No referido e-mail, o Usuário deverá informar: (i) seu nome completo; (ii) número do CPF ou CNPJ, (iii) e-mail (iv) direito que deseja exercer; (v) todo e qualquer documento ou argumento que possa demonstrar ou justificar o exercício de seu direito.

Quando o **Hospital São Luiz** figurar na posição de operadora dos dados pessoais, deverá o titular dos dados, caso queira, buscar o controlador para exercer eventuais direitos previstos na Lei 13.709/2018 ou em qualquer outra legislação cujos termos sejam aplicáveis.

VIII - USO DE COOKIES

O **Hospital São Luiz** poderá se utilizar de cookies para aperfeiçoar a navegação e melhorar a usabilidade do usuário, que poderá, caso queira, se opor ou limitar o registro de cookies. Nesta hipótese, sua experiência de navegação poderá ser afetada e o funcionamento regular do website do **Hospital São Luiz** poderá sofrer alterações.

IX - ATUALIZAÇÕES

A atual versão da presente Política de Privacidade foi atualizada em 27 de março de 2026.

O **Hospital São Luiz** se reserva ao direito de modificar, a qualquer tempo e sem a necessidade de aviso prévio, para refletir alterações legislativas, regulatórias, procedimentais ou operacionais.

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Os titulares e os usuários que utilizam o website do **Hospital São Luiz** concordam com os termos presentes nesta Política de Privacidade, de forma que, caso alguma disposição específica deste instrumento venha a ser considerada inválida, as demais permanecerão vigentes e eficazes.

Esta Política de Privacidade será regida e interpretada de acordo com as Leis Brasileiras, especialmente de acordo com a Lei Federal nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), sendo competente para dirimir eventuais dúvidas decorrentes deste documento o **Fórum Dr. Amaro de Vasconcelos da Comarca de Surubim – Pernambuco**.

JULHO/2026.
e.mail: lgpd.hsl@apamisurubim.org.br